



Mem. n° 212/2024

Cuiabá, 05 de junho de 2024.

Gabinete Dep. **Carlos Avallone**
Ao Senhor José Domingos Fraga
Secretário Parlamentar da Mesa Diretora

Assunto: Encaminhamento do Relatório Final das atividades desenvolvidas pela Câmara Setorial Temática Causas Indígenas.

16	LIDO
Em	Na Sessão da: 05 JUN 2024
	1º Secretário

Senhor Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, faço uso do presente, para encaminhar Relatório Final das atividades desenvolvidas pela Câmara Setorial Temática Causas Indígenas.

Na certeza de contarmos com o apoio e colaboração, antecipadamente agradecemos, e reiteramos os nossos votos de estima e consideração.

Carlos Avallone

Deputado Carlos Avallone



ESTADO DE MATO GROSSO

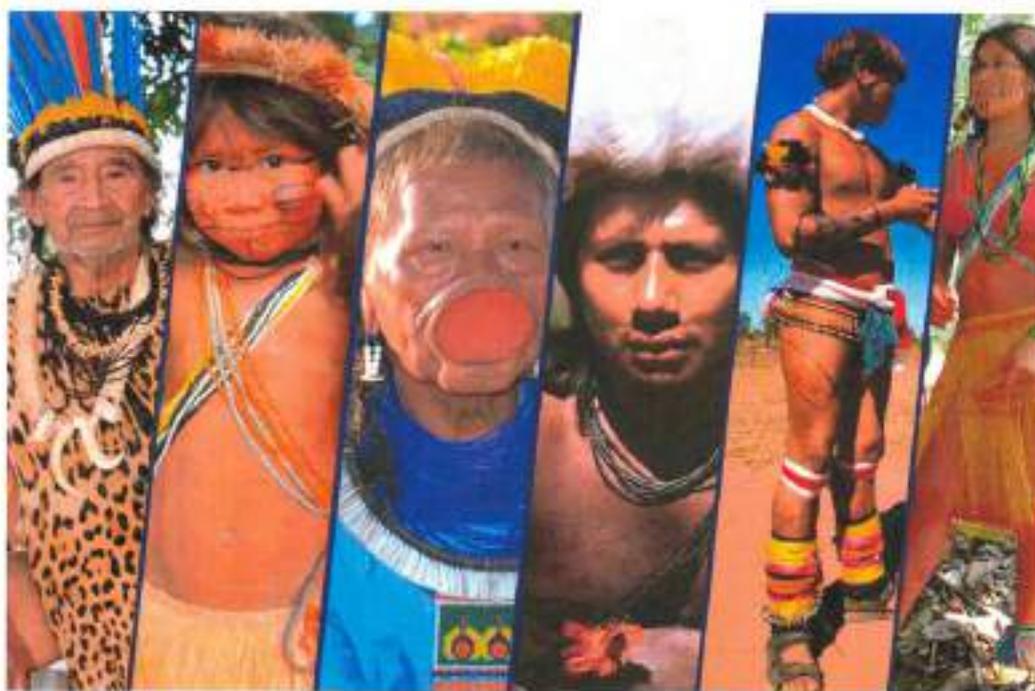
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo das Comissões Temporárias

Câmara Setorial Temática: Causas Indígenas

Relatório Final



Cuiabá, maio de 2024.

Apresentação

A Câmara Setorial Temática – Causas Indígenas foi instalada em 14 de março de 2022, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, com a finalidade de identificar e avaliar as condições e estágio do desenvolvimento dos povos indígenas em Mato Grosso, bem como de propor mecanismos para fomentá-lo considerando os seguintes aspectos: proteção ambiental e territorial, educação e pobreza, produção econômica e atividades comerciais, capacitação técnica e mudança social.

Proposta pelos deputados Carlos Avallone (PSDB), que a preside, Ulysses Moraes (PSL) e Gilberto Cattani (PSL), a CST conta ainda com a participação de representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), Governo do Estado, Academia dos Saberes Indígenas, Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja), Sindicato Rural, Instituto Kurâdomôdo, Federação dos Povos Indígenas e de diversas etnias indígenas do estado.

Segundo Dep. Carlos Avallone, a CST buscará levantar, principalmente, quais os mecanismos e políticas existentes de fomento ao desenvolvimento indígena e qual a capacidade de geração de renda a partir dos recursos materiais, humanos e simbólicos localmente disponíveis nas comunidades indígenas em Mato Grosso.

As discussões foram divididas em três eixos temáticos: produção e preservação dos recursos naturais nas terras indígenas, promoção dos povos indígenas e qualidade de vida dos povos indígenas.

"A ideia desta CST surgiu após uma visita que fizemos junto com a Aprosoja nos municípios de Sapezal e Campo Novo do Parecis, onde conhecemos as áreas produtoras em que índios da etnia Paresi e de outras etnias estavam trabalhando. Ficamos empolgados em ver o que está sendo feito naquela região. Por outro lado, em uma visita que fizemos ao município de Campinápolis vimos uma realidade completamente diferente, um sofrimento muito grande dos índios, uma situação complicada em várias áreas. Então

decidimos que era o momento de discutirmos as questões indígenas sob diversos enfoques”, relata o Deputado Carlos Avallone. .

O deputado Gilberto Cattani afirmou que a CST levará em consideração as necessidades apresentadas pelos próprios indígenas.

“Quando nós fazemos uma câmara temática para tratar da causa indígena a primeira coisa que temos que saber é qual é a causa indígena. É a causa que o indígena quer para poder ter dignidade para sua família ou a causa que nós queremos que índio tenha? Isso tem que ficar muito claro dentro dessa comissão para que possamos, de fato, fazer a vontade dos indígenas mato-grossenses”, frisou.

O cacique Ronaldo Zokezomaiake Paresi, da etnia Paresi, destacou a importância da instalação da CST, que funcionará como local para debater as demandas dos diferentes povos indígenas.

“Cada um dos povos tem suas culturas e especificidades e seus desejos, por isso precisamos de espaços de discussão como este nos municípios, no estado e na esfera federal. Muitas vezes os indígenas são vistos como entraves para o desenvolvimento econômico, mas eles nunca foram entraves. Eles precisam de oportunidades para mostrar suas capacidades”, salientou.

Luciano Ariabo Quezo, da etnia Balatiponé, do município de Barra do Bugres, afirmou que a economia dos povos indígenas e a superação de barreiras estruturais são alguns dos temas mais importantes a serem discutidos.

“A economia tem diferentes campos e precisamos atendê-los. Estou à frente de um projeto econômico lá no meu povo e seguimos até agora todos os critérios exigidos pela legislação de produção agrícola em grande escala. Mas seja qual for o caminho econômico que escolhermos seguir, precisamos ter dignidade financeira”, disse.

Dodowai, indígena da etnia Enauenê-nauê, ressaltou a necessidade de garantir suporte necessário para que os índios possam produzir em suas terras.

“Precisam deixar o índio trabalhar. Querem que o índio viva de caça e pesca, mas isso não tem mais. Precisamos de licenciamento ambiental, de linhas de crédito para fazer renda”, declarou.

Dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam a existência de 79 terras e 45 etnias indígenas em Mato Grosso, que estão presentes em 40% dos 141 municípios do estado.

Cabe registrar, que em virtude da dificuldade de conciliação de agenda dos convidados e membros da Câmara Temática, as atividades previstas não se realizaram, o que comprometeu as conclusões sobre a temática.

Diante disso, e considerando a complexidade, amplitude e o caráter multifacetado e polêmico do tema proposto houve a deliberação dos membros da CST por realizar um diagnóstico da situação dos povos indígenas, de modo a permitir uma visão geral aos deputados e membros da câmara sobre o estado da arte da temática, e ,assim, garantir maior eficiência e resolutividade da CST.

Houve também o entendimento que a partir deste diagnóstico, será possível realizar em momento oportuno, a retomada da CST com melhor delimitação do tema, bem como, contemplando outros atores importantes que foram deixados de fora da composição. atual.

Assim, o presente relatório, sumariza as principais iniciativas realizadas pela CST- Causas Indígenas, considerando a solução de continuidade das atividades devida ao período do processo eleitoral. O relatório contempla três seções. A primeira, apresenta o plano de trabalho e objetivos da CST. A segunda seção, foi dedicada a sumarizar breve diagnóstico da situação socioeconômica dos povos indígenas em Mato Grosso. Em seguida, são apresentadas as principais discussões sobre o etnodensolvemento. A última seção dedica-se a apresentar algumas recomendações.

I. Objetivos e Plano de Trabalho da CST-Causa Indígena

Objetivos:

- Identificar e avaliar as condições e estágio do desenvolvimento dos povos indígenas em Mato Grosso.
- Levantar e propor mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas em diversos aspectos, tais como:
 - Proteção ambiental e Territorial
 - Educação , Saúde e Pobreza
 - Produção econômica e atividades comerciais
 - Capacitação técnica e mudança social

PRINCIPIOS ORIENTATIVOS DA CST: CAUSAS INDIGENAS

- Reconhecimento, valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos indígenas de modo a não desrespeitar ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos.
- Educação, saúde e segurança alimentar e nutricional como direito dos povos.
- Desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e respeito as suas tradições.
- Promoção e articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos Povos nas diferentes esferas de governo.

QUESTÕES A SEREM TRATADAS CST : CAUSAS INDÍGENA

As questões que orientaram a definição da linha de trabalho da CST foram:

- Quais os mecanismos e políticas existentes de fomento ao desenvolvimento indígena em MT?

- Qual a capacidade de geração de renda a partir dos recursos materiais, humanos e simbólicos localmente disponíveis nas comunidades indígenas em Mato Grosso?
- Qual a abrangência e qualidade dos serviços sociais básicos (educação, saúde, segurança alimentar, etc..) prestados e disponibilizados aos povos indígenas em MT?

A partir destas questões foram definidos os eixos temáticos de atuação, quais sejam:

- **Produção e Preservação dos recursos naturais nas Terras Indígenas:**
 - Recuperação das áreas degradadas
 - Monitoramento Ambiental
 - Atividades produtivas
- **Promoção dos Povos Indígenas:**
 - Valorização do patrimônio cultural
 - Autosustentabilidade econômica
 - Educação e Capacitação Técnica
- **Qualidade de Vida dos Povos Indígenas**
 - Acesso a saúde
 - Acesso as Políticas Sociais
 - Alfabetização

Foram previstas a realização das seguintes reuniões da CST- Causas indígenas:

Temas e Palestrantes :

	TEMA	PALESTRANTES

	ETNODESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA OS POVOS INDÍGENAS DE MATO GROSSO	Presidente da Funai- Marcelo Xavier
	ETNODESENVOLVIMENTO: Experiências dos Povos Indígenas em Mato Grosso (RELATOS DOS POVOS INDÍGENAS)	<ul style="list-style-type: none"> • Agropecuária e Parecis (?) • Silvicultura: ? • Coleta e comercialização de sementes nativas;?
	ETNODESENVOLVIMENTO: Experiências dos Povos Indígenas em Mato Grosso	<ul style="list-style-type: none"> • Artesanato: ? • Turismo em terras indígenas: ?
	DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA: Educação Básica (formação, contratação de pessoal de apoio , nucleação)	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso – CEEI; • Conselho Indigenista Missionário: Documento sobre educação indígena MT. • Representante da Federação Indígena ? • Procurador do Ministério Público Federal
	Educação Superior Indígena em MT :	<ul style="list-style-type: none"> • UNEMAT • SEDUC
	Prestação de assistência à saúde dos povos indígenas: Como esta organizada? Quais os resultados?	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saude.

Nem todas as agendas previstas neste cronograma de reuniões e estudos foram realizadas, em virtude de fatores relacionados à indisponibilidade de agenda dos convidados.

II. Breve Diagnóstico dos Povos Indígenas

Cenário Brasil:

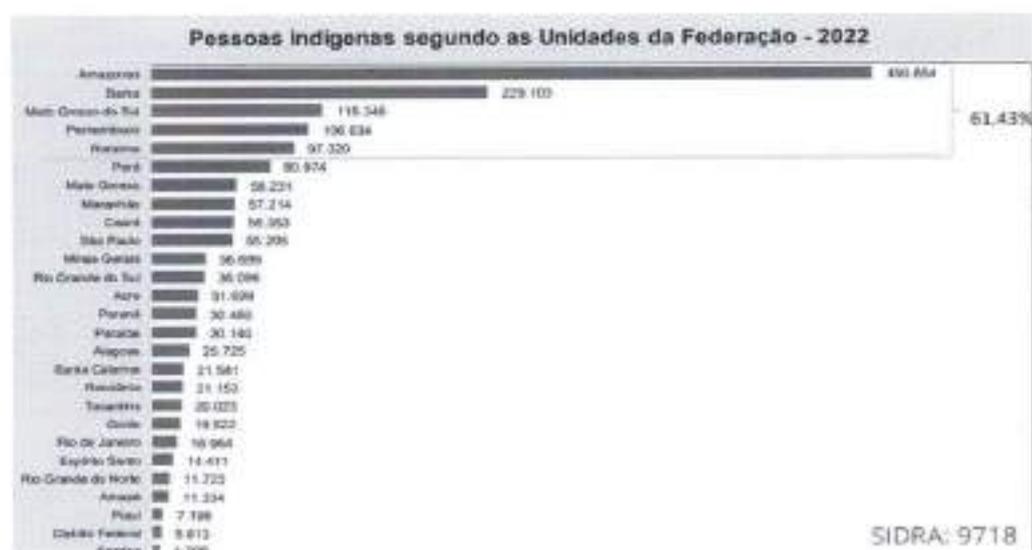
O Censo Demográfico de 2022 aponta que a população indígena do país chegou a 1.693.535 pessoas, o que representa 0,83% do total de habitantes. Conforme o IBGE, pouco mais da metade (51,2%) da população indígena está concentrada na Amazônia Legal.

Isso significa uma ampliação de 88% desde o Censo de 2010. De acordo com o IBGE, o aumento expressivo pode ser explicado por diversos fatores, incluindo questões ligadas a inovações metodológicas implementadas para o Censo de 2022.

De acordo com a responsável pelo projeto de Povos e Comunidades Tradicionais do IBGE, Marta Antunes, o aumento do número de indígenas no período intercensitário é explicado majoritariamente pelas mudanças metodológicas feitas para melhorar a captação dessa população.

"Só com os dados por sexo, idade e etnia e os quesitos de mortalidade, fecundidade e migração será possível compreender melhor a dimensão demográfica do aumento do total de pessoas indígenas entre 2010 e 2022, nos diferentes recortes. Além disso, existe o fato de termos ampliado a pergunta 'você se considera indígena?' para fora das terras indígenas. Em 2010, vimos que 15,3% da população que respondeu dentro das Terras Indígenas que era indígena vieram por esse quesito de declaração" (<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/>, acesso em 18/04/2024)

De acordo com o levantamento, o estado do Amazonas é o que apresenta a maior população indígena, com 490.854 mil habitantes. Mato Grosso aparece na **sétima posição da lista** com maior população, ficando atrás da Bahia (229.103), Mato Grosso do Sul (116.346), Pernambuco (106.634) e Roraima (97.320).



Fonte: IBGE/Censo Demográfico.2022

Grande parte dos indígenas do país (44,48%) está concentrada no Norte. São 753.357 indígenas vivendo na região. Em seguida, com o segundo maior número, está o Nordeste, com 528,8 mil, concentrando 31,22% do total do país. Juntas, as duas regiões respondem por 75,71% desse total. As demais têm a seguinte distribuição: Centro-Oeste (11,80% ou 199.912 pessoas indígenas), Sudeste (7,28% ou 123.369) e Sul (5,20% ou 88.097).

Frente a 2010, as maiores variações absolutas no número de indígenas ocorreram no Norte, que teve acréscimo de 410,5 mil, e no Nordeste, onde o aumento foi de 296,1 mil indígenas. No Sul, que teve a menor variação entre as regiões, foram 9,3 mil pessoas indígenas a mais.

Somados, Amazonas e Bahia concentram 42,51% da população indígena do país. Eles são os estados com maior quantitativo dessa população: 490,9 mil e 229,1 mil, respectivamente. Em seguida, vêm Mato Grosso do Sul (116,3 mil), Pernambuco (106,6 mil) e Roraima (97,3 mil). A maioria da população indígena do país (61,43%) vive nesses cinco estados.

Por outro lado, Sergipe (4,7 mil pessoas indígenas), Distrito Federal (5,8 mil) e o Piauí (7,2 mil) são os estados com o menor número de residentes indígenas.

Na comparação com 2010, em cinco estados o número de indígenas mais do que dobrou: Rio Grande do Norte, que passou de 2.597, em 2010,

para 11.725, em 2022, Bahia, que passou de 60.120 para 229.103, Ceará (de 20.697 para 56.353), Amazonas (de 183.514 para 490.854), Piauí (de 2.944 para 7.198) e Goiás (de 8.583 para 19.522).

Apesar de ser apenas o quinto estado com maior número de residentes indígenas, Roraima é o que tem maior proporção dessa população entre o seu total de habitantes: 15,29%. O estado é seguido por Amazonas (12,45%), Mato Grosso do Sul (4,22%), Acre (3,82%) e Bahia (1,62%).

Dos 5.568 municípios brasileiros, acrescidos do Distrito Federal e de Fernando de Noronha, 4.832 tinham, em 2022, pelo menos um residente indígena, o que representa 86,7% do total. Dentre eles, 79 municípios tinham mais de cinco mil habitantes declarados indígenas, um aumento na comparação com 2010, quando eram 42 municípios com, no mínimo, esse quantitativo. Outros 199 municípios tinham de mais de mil a cinco mil residentes indígenas.

Os três municípios brasileiros com o maior número de indígenas são do Amazonas: a capital, Manaus, com o total de 71.713 mil pessoas, São Gabriel da Cachoeira, com 48,3 mil, e Tabatinga, com 34,5 mil. O segundo município também aparece entre aqueles que tinham o maior percentual de indígenas no total da população, com 93,17%. Nesse indicador, São Gabriel da Cachoeira fica atrás apenas de Uiramutã (96,60%), em Roraima, e Santa Isabel do Rio Negro (96,17%), também no Amazonas.

A Terra Indígena Yanomami (AM/RR) era a que tinha o maior número de indígenas (27.152), seguida pela Raposa Serra do Sol (RR), com 26.176 habitantes indígenas, e pela Évare I (AM), com 20.177.

Dos 72,4 milhões domicílios particulares permanentes ocupados do Brasil, 630.041 tinham pelo menos um morador indígena, correspondendo a 0,87% desse universo total.

Do total de 630.041 domicílios com pelo menos um morador indígena, 137.256 estavam localizados dentro de Terras Indígenas (21,79%) e 492.785 estavam localizados fora de Terras Indígenas (78,21%).

A média de moradores nos domicílios onde havia pelo menos uma pessoa indígena era de 3,64. Dentro das Terras Indígenas, era de 4,6 pessoas e fora das Terras Indígenas, de 3,37 pessoas. Em todos os casos, foi mais alta do que no total de domicílios do país (2,79).

O percentual de moradores indígenas em domicílios particulares permanentes ocupados com pelo menos um morador indígena era de 73,43% para o total Brasil, sendo de 98,41% para os domicílios localizados dentro das Terras Indígenas e de 63,94% fora delas.

Demografia Indígena em Mato Grosso.

Cerca de 1,7% da população total do estado de Mato Grosso, são indígenas (58,2 mil), conforme o Censo Demográfico 2022. Em 2010, o número de pessoas indígenas no estado era de 51.696. O crescimento da população indígena nos últimos 12 anos, foi de 12,7%, inferior à média de crescimento do país (88%).

Mato Grosso tem 45.065 pessoas indígenas vivendo em territórios originários, número que corresponde a 77% da população total de indígenas.. Esse é o maior percentual do Brasil, conforme o recorte do Censo Demográfico 2022 . Logo atrás de Mato Grosso, estão Tocantins, com 75,98% (15.213) e Roraima com 73,38% (71.412).

De acordo com a pesquisa, a distribuição da população indígena dentro e fora das terras originárias é desigual entre as regiões do estado.

Segundo o IBGE, os 131 municípios de Mato Grosso têm população indígena residente. A capital mato-grossense, Cuiabá, possui 1.472 indígenas (0,23%) e Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá, 460 (0,15%).

O ranking dos municípios com maior número de população indígena no estado, é o seguinte:

1. Campinápolis - 8.453

2. Barra do Garças - 4.082
3. Gaúcha do Norte - 2.492
4. General Carneiro - 2.281
5. Canarana - 2.234
6. Querência - 2.038
7. Paranatinga - 2.003
8. Comodoro - 1.838
9. Tangará da Serra - 1.785
10. Nova Nazaré - 1.725

O povo **Parabubure**, que vive próximo ao município de Campinápolis, a 565 km de Cuiabá, é o primeiro da lista com maior número de indígenas residentes.

Povos do Xingu

O Parque Indígena do Xingu (PIX) localiza-se na região nordeste do Estado do Mato Grosso, na porção sul da Amazônia brasileira.

Em seus 2.642.003 hectares, a paisagem local exibe uma grande biodiversidade, em uma região de transição ecológica, das savanas e florestas semidecíduais mais secas ao sul para a floresta ombrófila amazônica ao norte, apresentando cerrados, campos, florestas de várzea, florestas de terra firme e florestas em Terras Pretas Arqueológicas. O clima alterna uma estação chuvosa, de novembro a abril, quando os rios enchem e o peixe escasseia, e um período de seca nos meses restantes, época da tartaruga tracajá e das grandes cerimônias inter-aldeias.

A demarcação administrativa do Parque foi homologada em 1961, com área incidente em parte dos municípios matogrossenses de Canarana, Paranatinga, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Gaúcha do Norte, Feliz Natal, Querência, União do Sul, Nova Ubiratã e Marcelândia.

A categoria híbrida de "Parque Nacional" deveu-se ao duplo propósito de proteção ambiental e das populações indígenas que orientou sua criação, estando a área subordinada tanto ao órgão indigenista oficial quanto ao órgão ambiental.

Foi apenas com a criação da Funai (em 1967, substituindo o SPI - Serviço de Proteção aos Índios) que o "Parque Nacional" passou a ser designado "Parque Indígena", voltando-se então primordialmente para a proteção da sociodiversidade nativa.

Tendo em vista os povos que lá habitam, pode-se dividir o Parque Indígena do Xingu em três partes: uma ao norte (conhecida como Baixo Xingu), uma na região central (o chamado Médio Xingu) e outra ao sul (o Alto Xingu). Na parte sul ficam os formadores do rio Xingu; a região central vai do Morená (convergência dos rios Ronuro, Batovi e Kuluene, identificada pelos povos do Alto Xingu como local de criação do mundo e início do Rio Xingu) à Ilha Grande; seguindo o curso do Rio Xingu, encontra-se a parte norte do Parque (o mapa ao lado indica a localização de todas as aldeias e postos).

No sul ficam os povos muito semelhantes culturalmente, compreendendo a área cultural do Alto Xingu, cujas etnias são atendidas pelo Posto Indígena Leonardo Villas Bôas.

No Médio Xingu ficam os Trumai, os Ikpeng e os Kaiabi, atendidos pelo Posto Pavuru.

Ao norte estão os Suyá, Yudjá e Kaiabi, atendidos pelo Posto Diauarum. Cada Posto apóia a logística de projetos e atividades desenvolvidas no Parque, como educação e saúde, havendo em todos eles uma UBS (Unidade Básica de Saúde), onde trabalham agentes indígenas de saúde. Existem ainda onze Postos de Vigilância nos limites do território, às margens dos principais rios formadores do Xingu.

Na década de 80, tiveram início as primeiras invasões de pescadores e caçadores no território do PIX. Ao final dos anos 90, as queimadas em

fazendas pecuárias localizadas a nordeste do Parque ameaçavam atingi-lo e o avanço das madeireiras instaladas a oeste começou a chegar perto dos limites físicos definidos pela demarcação.

Ademais, a ocupação do entorno começava a poluir as nascentes dos rios que abastecem o Parque e que ficaram fora da área demarcada. Nesse processo, fortaleceu-se entre os moradores do PIX a percepção de que está a caminho um incômodo "abraço": o Parque vem sendo cercado pelo processo de ocupação de seu entorno e já se evidencia como uma "ilha" de florestas em meio ao pasto e a monocultura na região do Xingu.

Dentre os problemas contemporâneos enfrentados pelos moradores do Parque, os maiores talvez decorram desse processo de ocupação predatória de seu entorno.

Luta por ampliação do território Indígena

Durante os anos 90, a preocupação dos índios com essas ameaças estimulou um conjunto significativo de novos pleitos territoriais. Dois deles, atendidos, resultaram nas Terras Indígenas Wawi e Batovi, respectivamente dos Suyá e dos Wauja, homologadas em 1998. Somado a elas, a extensão do Parque chegou a 2.797.491 hectares.

Dando curso a esse processo, atualmente os Ikpeng vem se articulando para reivindicar parte de seu território tradicional na região do Rio Jatobá, que ficou fora da demarcação. Os Wauja também estão negociando para que a região denominada Kamukuaká, considerada sagrada e localizada numa fazenda vizinha ao Parque, seja transformada numa área de preservação ambiental.

A questão da fiscalização do território é presença certa na agenda dos assuntos políticos do Parque, sendo discutida tanto em encontros de lideranças e assembléias da Atix (Associação Terra Indígena Xingu) como na interlocução com a Funai e os órgãos ambientais federal (Ibama) e estadual (SEMA)

Para tanto, foi montada uma infra-estrutura dos citados onze postos de vigilância para proteger as áreas que propiciam um acesso direto ao Parque,

Etnias que Habitam o Parque do XINGU

As 16 etnias que habitam o Parque são: Aweti, Ikpeng, Kaiabi, Kalapalo, Kamaiurá, Kisêdjê, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukuá, Naruvotu, Wauja, Tapayuna, Trumai, Yudja, Yawalapiti.

As organizações indígenas (sobretudo a Associação Terra Indígena do Xingu) têm se estabelecido como um importante meio de interlocução com a sociedade nacional e fomento de projetos de educação, alternativas econômicas e proteção do território.

Nambiquara

A palavra Nambiquara é de origem Tupi e pode ser traduzida como "orelha furada". Foi a partir da incursão da Comissão Rondon por Mato Grosso que os índios até então mencionados como "Cabixi", passaram a ser designados "Nambiquara", termo pelo qual são conhecidos até hoje.

Famosos na história da antropologia brasileira por terem sido contatados "oficialmente" pelo Marechal Rondon, os Nambiquara vivem hoje em pequenas aldeias, nas altas cabeceiras dos rios Juruena, Guaporé e, no passado, do rio Madeira.

Habitam tanto o cerrado, quanto a floresta amazônica e as áreas de transição entre estes dois ecossistemas. Os Nambiquara ocuparam uma extensa região no passado e se caracterizaram pela mobilidade espacial. Dotados de uma cultura material aparentemente simples e de um universo cultural extremamente complexo, os Nambiquara têm preservado sua identidade através de um misto de altivez e abertura ao mundo.

Nambikwara, Nambicuara ou Nhambicuara. Assim, desde o início do século 20, este termo é usado para designar os diversos grupos que ocupavam a região que compreende o noroeste do estado do Mato Grosso e as adjacências do estado de Rondônia.

Xavante

Os Xavante tornaram-se famosos no Brasil no fim da década de 1940, com a massiva campanha que o Estado Novo empreendeu para divulgar sua "Marcha para o Oeste". A campanha promoveu a equipe do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) por seu trabalho de "pacificação dos Xavante."

No entanto, o grupo local que foi "pacificado" pelo SPI em 1946 constituía apenas um dentre os diversos grupos xavante que habitavam o leste de Mato Grosso, região que o Estado brasileiro então procurava franquear à colonização e à expansão capitalista. Na versão Xavante, é importante notar, foram os "brancos" os "pacificados".

Bororo

A palavra Bororo significa, na língua nativa, "pátio da aldeia". Não por acaso, a tradicional disposição circular das casas faz do pátio o centro da aldeia e espaço ritual desse povo, caracterizado por uma complexa organização social e pela riqueza de sua vida cerimonial.

A despeito de hoje terem direito a um território descontínuo e descaracterizado, a vigor de sua cultura e sua autonomia política tem atuado como armas contra os efeitos predatórios do contato com o "homem branco", que se estende há pelo menos 300 anos.

Ao longo da história, outros nomes foram usados para identificar esse povo, tais como: Coxiponé, Araripoconé, Araés, Cuiabá, Coroados, Porrudos, Bororos da Campanha (referente aos que habitavam a região próxima a Cáceres), Bororos Cabaçais (aqueles da região da Bacia do Rio Guaporé), Bororos Orientais e Bororos Ocidentais (divisão arbitrária feita pelo governo do Mato Grosso, no período minerador, que tem o rio Cuiabá como ponto de referência).

Paresi

Os Paresi têm uma antiga história de contato com os não índios. As primeiras referências feitas a eles datam do fim do século 17 e, desde então, o contato foi se intensificando e gerando consequências muitas vezes devastadoras para o povo indígena.

Cada subgrupo paresí enfrentou diferentes situações, devido à proximidade ou distância que se encontraram dos não índios. A intensa relação com os jesuitas da Missão Anchieta (MIA) quase ocasionou a extinção de um dos dialetos falados por eles e lhes trouxe transformações nos aspectos socioculturais.

Atualmente os Paresí mostram-se preocupados em manter seus costumes e com a recuperação de outros aspectos que consideram importantes para a manutenção das suas práticas socioculturais, consequências sofridas ao longo da sua história com os não índios.

O termo de autodenominação dos Paresí é Haliti, que pode tanto ser traduzido como "gente", numa referência explícita ao gênero humano em oposição aos animais, quanto como "povo" para indicar uma identidade mais inclusiva do grupo.

A palavra "Paresí" não consta no léxico da língua, mas é o nome que, a partir do século 19, passou a ser aplicado indiscriminadamente a grupos distintos de fala. Entre esses grupos destacam-se os Kaziniti, Wáimare, Kazáriní (este último conhecido também como Kabizi), além dos Warére e Káwali.

III. Demarcação de Terras Indígenas em MT : Situação Recente

São 43 etnias e 79 Terras indígenas, que ocupam 22% do território de MT, segundo dados IBGE e Funai posição de 11/03/2022, quais sejam:

- ❖ 56 regularizadas (registro em cartório em nome da União e no Serviço de Patrimônio da União) . Cerca de 17,9 milhões de ha, o que representa 20% da superfície de Mato Grosso.
- ❖ 3 Homologadas (Já foram demarcadas e tiveram seus limites homologados pelo presidente da República, faltando apenas os registros) . Cerca de 214, 6 mil = 0,2% da superfície de Mato Grosso

- ❖ 4 delimitadas (Terras que tiveram a conclusão dos estudos e se encontram em análise para expedição de Portaria Declaratória da Posse Tradicional Indígena). Cerca de 1,2 milhão de ha, o representa cerca de 1,3% da superfície de Mato Grosso
- ❖ 6 declaradas (declarada como de uso exclusivo dos indígenas e as terras estão autorizadas para serem demarcadas – fase marco da regularização). Cerca de 602 mil há – 0,7 % da superfície de Mato Grosso.
- ❖ 10 em estudo (estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais que fundamentam a delimitação da terra indígena) . Cerca de 242,5 mil ha = 0,3% da Superfície de Mato Grosso .

As Maiores Terras Indígenas Regularizadas, são:

- Menkragnoti (etnia kayapó) = 4,9 milhões de ha (Matupá, Peixoto de Azevedo, Altamira (Para), São Félix do Xingu (Para)
- Parque do Xingu (etnias Kayapó e Kisêdjê) = 2,6 milhões de ha (Canarana, Feliz Natal, Gaúcha do Norte, Marcelândia, Nova Ubiratã, Paranatinga)
- Nambikwara (etnia Nambikwara): 1 milhão de ha (Comodoro)
- Aripuanã (Cinta Larga): 750,6 mil ha (Aripuanã e Juína)
- Enawenê-Nawê (Enawenê-Nawê): 742 mil ha (Comodoro, Juína e Sapezal)

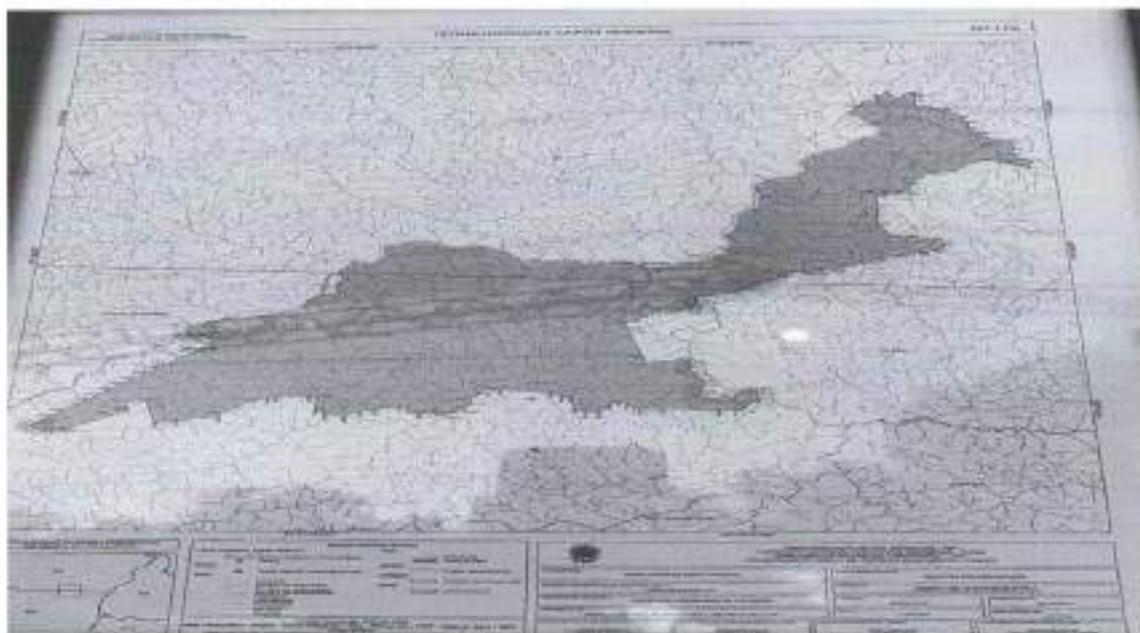
Em 2023, a Funai apresentou estudo para demarcação da Terra Indígena Kapôt Nhinore, localizada nos municípios de Vila Rica (MT), Santa Cruz do Xingu (MT) e São Félix do Xingu (PA) . **O local delimitado abriga a aldeia onde o cacique Raoni nasceu e é uma área sagrada para o povo kayapó.**

O estudo é o primeiro passo para a demarcação do território.. Após o período de contestação – 90 dias, a Funai analisa os possíveis questionamentos e encaminha o pedido de demarcação ao Ministério da Justiça.

A área a ser demarcada é de ocupação tradicional dos povos Kayapó Mebêngôkre e Yudjá e tem cerca de 362.243 hectares. Os Kayapó reivindicam

o território desde o começo da década de 1980, como consta nos registros de processos relativos à demarcação das terras indígenas habitadas pelo mesmo povo, mas associadas a subgrupos específicos. Atualmente, a maior parte do território é ocupado por fazendas.

Terra Indígena Kapôt Nhinore está localizada entre MT e PA — Foto: Rogério Júnior/g1



Atualmente, a aldeia Kapôt Nhinore é a única permanente na área identificada, contando com pouco mais de 60 habitantes. O local foi contemplado há alguns anos pelo programa Luz para Todos e possui energia elétrica. A aldeia conta também com um posto de saúde, no qual trabalha um agente de saúde da própria comunidade, uma escola com 33 alunos de diferentes idades.

Os moradores da aldeia são agricultores e possuem uma roça coletiva com mais de 30 mil pés de abacaxi, roças de milho, 1,6 mil pés de banana e um alqueire de mandioca. Além desta, há também aproximadamente oito roças de famílias, onde são cultivados mandioca, banana e cará.

Os indígenas da área também estão empreendendo um projeto de reflorestamento no local, por meio do qual plantaram mais de 12 MIL árvores de cacau, pequi, açaí, cupuaçu, cedro, mogno, ipê, jatobá, entre outras.

Sônia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas, informou que 32 Terras Indígenas foram mapeadas para que ações de desintrusão – retirada de quem não é originário – sejam feitas até o final do ano. Segundo a Ministra, neste ano, já foram homologadas seis territórios e lembrou que, em 10 anos, foram homologadas 11 terras.

Ressalte-se que este foi o segundo encontro realizado na história do povo indígena em Mato Grosso. A primeira edição foi em janeiro de 2020, antes da pandemia. Dela, saiu uma carta de compromisso das lideranças, o "Manifesto do Piaragu", onde os indígenas protestam contra a exploração de recursos naturais e agricultura nas terras indígenas. Neste manifesto os indígenas pedem apoio e repudiam a autorização para a liberação das áreas para o cultivo agrícola.

"Não aceitamos garimpo, mineração, agronegócio e arrendamento de nossas terras. Não aceitamos madeireiros, pescadores ilegais e hidrelétricas e outros empreendimentos, como Ferrogrão que venham nos impactar de forma direta e irreversível. Repudiamos a perseguição e a tentativa de criminalização das nossas lideranças" (Trecho do Manifesto do Piaragu)

Os Indígenas pedem ainda políticas de fortalecimento a alternativas econômicas sustentáveis para as terras indígenas, sem o uso de agrotóxicos, e que promovam a economia da floresta em pé, "com ênfase na cultura, nos saberes tradicionais, no extrativismo e nas tecnologias limpas".

"Exigimos a garantia da Integridade física e moral de nossas comunidades e lideranças e a punição daqueles que estão matando nossos parentes. Exigimos que cumpra sua responsabilidade constitucional de proteger os territórios indígenas e o meio ambiente, coibindo atividades ilegais e punindo os criminosos. Também exigimos que o governo se responsabilize pelo envenenamento do ar, do solo e dos rios causada pelo uso irresponsável e descontrolado de agrotóxicos no entorno de nossas terras" (trecho do Manifesto do Piaragu)

IV. Experiências de Sucesso em Mato Grosso

A seguir apresentamos algumas experiências de sucesso realizadas tanto pelo público quanto por organizações sociais com vistas a autonomia econômica dos povos indígenas em Mato Grosso.

Parceria com 3Corações gera fonte de renda para índios produtores de cafés finos.

O estado de Mato Grosso é destaque no cenário nacional devido ao apoio do governo à produção sustentável de café por povos indígenas. Além da distribuição de mudas e do apoio técnico para incentivar a agricultura familiar, o governo também atua na viabilização de parcerias com a iniciativa privada.

Os indígenas da aldeia Apoena Meirelles, em Rondolândia, por exemplo, trabalham em conjunto com o grupo 3Corações. A comunidade fornece grãos de café limpos e secos e a empresa, por sua vez, embala e cuida da comercialização dos grãos moídos. O diferencial do produto é o uso de adubo natural e sem defensivos agrícolas, o que atrai consumidores de café mais exigentes.

Outro exemplo bem-sucedido é o dos indígenas da aldeia Masepô, do território Umutina, que contam com um hectare de cafezal com cerca de 3 mil pés de plantas.

“Decidimos, com a ajuda do estado, usar parte das nossas terras para produzir e gerar rentabilidade”, afirmou Felisberto Cupudunepá, cacique da aldeia Masepô, ao portal do governo de Mato Grosso. Assim como a aldeia Apoena Meirelles, a comunidade foca nos cafés finos.

O repasse de mudas de café aos indígenas é coordenado pela Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (Seaf), enquanto o acompanhamento técnico é feito pela Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer). Para iniciar no cultivo do fruto, os indígenas tiveram ajuda no aprendizado de técnicas para o plantio e o cultivo.

O programa MT Produtivo Café, do governo do estado, prevê que até o final deste ano sejam entregues mudas de café clonal para 50 cidades das regiões Oeste, Centro-Sul e Médio-Norte. O plano é renovar aproximadamente

600 hectares de área de café até 2024. O programa espera a inserção de 45 mil sacas na produção de café do estado.

Projeto fomenta fundo solidário, gestão e desenvolvimento coletivo para beneficiar grupos indígenas no Mato Grosso : Fundo Rotativo Solidário Indígena

Desenvolvido pela Associação do Povo Indígena Zoró Panyjeje – APIZ, o projeto Man Gap vem desenvolvendo atividades que promovem desenvolvimento sustentável e fortalecem a economia nos territórios indígenas dos Povos Zoró, Apiaká, Kayabi e Munduruku no Mato Grosso.

Entre os avanços do projeto, destaca-se o início da construção de uma fábrica de beneficiamento de castanha na Terra Indígena (TI) Apiaká-Kayabi, a estruturação do Fundo Rotativo Solidário Indígena, um Seminário de Gestão Organizacional e o desenvolvimento coletivo de planos de negócios e identidade visual para produtos da castanha do Brasil produzidas nos territórios. Todas essas ações fazem parte do Projeto Man Gap, da Associação do Povo Indígena Zoro Panyjeje – APIZ, inserido no subprograma de Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais do Programa REM-MT.

A estruturação do Fundo Rotativo Solidário Indígena é conduzida pela Sitawi¹ Finanças do Bem e desempenha um papel fundamental para o fortalecimento da cadeia de valor da castanha da Amazônia nesta região do projeto. Uma vez aprovado, o Fundo contará com o aporte inicial do Programa REM MT para sua operação e para o primeiro ciclo de empréstimos. O objetivo é apoiar as organizações produtivas das comunidades a longo prazo, promovendo sua autonomia financeira e sustentabilidade em atividades produtivas — especialmente aquelas relacionadas à castanha do Brasil.

¹ A Sitawi surgiu, em 2008, com a missão de mobilizar capital para impacto socioambiental positivo. A nossa coragem nos possibilitou ser uma organização pioneira no avanço de soluções financeiras inovadoras para impacto, desenvolvendo infraestrutura financeira para a Economia de Impacto.

Conforme Paulo Nunes, coordenador do projeto Man Gap, "esses resultados são fruto de um trabalho participativo que busca o desenvolvimento social, produtivo, econômico, organizacional e ambiental dos Povos Zoró, Apiaká, Kayabi e Munduruku. Essas iniciativas geram trabalho e renda para a população nas comunidades, disponibilizam derivados de produtos orgânicos da sociobiodiversidade e de alto valor nutricional para a população na região do projeto, ao mesmo tempo, em que multiplicam a riqueza, uma vez que a renda gerada circula, criando uma microeconomia solidária e sustentável em mãos de pequenos empreendedores que prestam serviços e comercializam bens com os indígenas produtores de castanha".

Para a implementação do Fundo Rotativo Solidário, os especialistas da área de Finanças de Conservação e Clima da Sitawi visitaram os territórios para conduzir oficinas participativas com as comunidades indígenas.

"Estar em territórios tradicionais é sempre um grande aprendizado. Dessa vez, não seria diferente. No trabalho de campo pude compreender e ser testemunha de como as TI's e suas etnias são peças fundamentais para a conservação da biodiversidade e dos saberes, sendo um freio para as fronteiras agrícolas e agropecuárias do desmatamento. Tenho a expectativa de que, coletivamente, a gente consiga fomentar a cultura local junto com o estímulo à geração de renda nas comunidades" (Ana Quelly Anacleto, analista de Finanças de Conservação e Clima)

O que são e como se estruturam os FRS?

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) são uma forma inteligente e criativa de poupança coletiva, que visa suprir necessidades específicas de seus participantes, através do consenso de regras estabelecidas pelos integrantes dos Fundos. Esses fundos mobilizam, organizam e emprestam recursos para projetos coletivos e alternativos, como empreendimentos econômicos solidários, mobilizações sociais e atividades formativas.

Além disso, eles são rotativos, o que significa que há uma devolução dos recursos em algum momento. Estes recursos circulam na própria comunidade e a reposição desses fundos é baseada no princípio da solidariedade, com

preços justos para a remuneração do trabalho dos indígenas, bem como em regras de reciprocidade.

Segundo Fernando Campos, Gerente da área de Finanças de Conservação e Clima da Sitawi e responsável pela estruturação do Fundo Rotativo Solidário Indígena, neste primeiro momento é importante que seja definido, de maneira participativa, as três esferas decisivas dentro de um fundo: estratégica, financeira e de governança, a partir do contexto local onde estão inseridas as comunidades. Essa iniciativa vai além de um projeto pontual, podendo se tornar um modelo de referência para outros territórios e comunidades tradicionais na Amazônia.

Programa REDD Early Movers – REM - Subprograma Territórios Indígenas (TI)

O Programa REDD Early Movers (Programa REM MT, em português) atua em Mato Grosso desde 2017, após o estado ter reduzido 90% do desmatamento ilegal por 10 anos. O programa beneficia aqueles que contribuem com ações de conservação da floresta, como os agricultores familiares, as comunidades tradicionais, produtores rurais sustentáveis e os povos indígenas, e fomenta iniciativas que estimulam a agricultura de baixo carbono e a redução do desmatamento, a fim de reduzir as emissões de CO2 no planeta.

Assinado pelos governos da Alemanha e Reino Unido, o programa recebeu, até junho de 2023, R\$ 247 milhões de reais.

No Subprograma Territórios Indígenas (TI), tem contribuído para o fortalecimento das organizações indígenas de Mato Grosso, dentre elas, a Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT), como entidade representativa dos 43 povos indígenas do estado, que abrigam mais de 40 mil pessoas em seus territórios.

Além disso, atua no apoio a projetos que visam o fortalecimento da gestão territorial e ambiental das terras indígenas, da segurança alimentar, geração de renda e de saúde e do protagonismo das mulheres indígenas.

Beneficiários: Aproximadamente 40 mil indígenas de 43 povos

Área de Atuação: Estado do Mato Grosso

Investimentos: R\$ 31.149.988,98 milhões

- 3.560 - Mulheres beneficiadas diretamente
- 28.700 Indígenas diretamente beneficiados
- 600 aldeias beneficiadas com ações

Projetos apoiados pelo REM:

1. Capacitação de indígenas para construir e instalar placas solares em aldeias

Capacitações e oficinas também são realizadas pelo REM MT, pensando principalmente na profissionalização e autonomia dos indígenas. O projeto do Instituto I9Sol vai iluminar a autonomia e bem viver de 5 povos indígenas de Mato Grosso.

Por meio do Projeto Escola Oficina Solar, 30 lideranças indígenas vão aprender a instalar e fazer a manutenção de placas solares, que vão beneficiar diretamente suas terras.

Presidente do Instituto Yukamaniru de Apoio às Mulheres Indígenas Bakairi, Darlene Taukane aponta que o curso surgiu para atender a enorme necessidade e reivindicação de povos indígenas pelo acesso básico à rede de distribuição de energia.

Dificuldades de comunicação e falta de saneamento básico são as principais queixas dos povos. Ao todo, o REM MT contribuiu com R\$949.610,00 para todo o projeto, que inclui a qualificação, logística e instalação dos equipamentos.

2. Oficina de Comunicação e Mídias Sociais para mulheres indígenas

Mulheres de 19 etnias e de todas as idades participaram da Oficina de Comunicação e Mídias Sociais para Mulheres Indígenas, promovida pelo Programa REM MT, em agosto do ano passado. A partir de conceitos sobre edição de fotos e vídeos, engajamento, gestão de redes sociais e confecção de entrevistas, as participantes tornaram-se protagonistas de suas próprias histórias, para empoderar e fortalecer suas comunidades por meio da internet.

A oficina foi pensada para promover a geração de conteúdo sobre o cotidiano de mulheres indígenas e suas comunidades, cultura e luta pelos direitos indígenas.

3. Acesso às imagens por satélite dos territórios

Outra ação que fortalece os povos indígenas como guardiões das florestas mato-grossenses é o acesso deles à plataforma de monitoramento por satélite Planet. Adquirido inicialmente pelo Programa REM MT e hoje absorvido pelo Estado, o serviço auxilia no controle e prevenção do desmatamento e dos focos de incêndio nas comunidades.

A plataforma Planet produz imagens diárias de alta resolução, por meio de uma constelação de satélites e cujo serviço foi adquirido por meio do Programa REM MT em 2019, para atuar no controle e combate ao desmatamento ilegal, em toda a extensão de Mato Grosso.

Em 2021, segundo dados da organização Global Forest Watch, Mato Grosso foi o estado mais afetado com queimadas ilegais em territórios indígenas. O campeão de queimadas – com 10.502 registros de focos de incêndio – é a TI Parque do Xingu, em Mato Grosso, que abriga 16 etnias em 500 aldeias.

4. Uso de tecnologias para proteção dos territórios

Na vastidão da região do Xingu, 16 povos indígenas têm desempenhado um papel crucial na preservação não apenas de suas culturas, mas também da biodiversidade de seu território. Para proteger o território de atividades ilegais de invasores, eles precisam contar com tecnologias para auxiliar na vigilância.

Considerando isso, o Programa REM MT apoiou a compra de equipamentos, como: drone, gerador e rádio para otimizar o monitoramento.

No baixo Xingu, duas etnias – Kawaiweté e Yudjá – já fazem a vigilância da região de forma autônoma. Entretanto, o local tem vários braços de rios, que desaguam no Rio Xingu. E são nesses pontos que invasores procuram passar para adentrar nos territórios, praticando pesca, caça e extração de madeira ilegal.

5. Brigadas de incêndio indígenas

Preocupados com os focos de calor em terras indígenas mato-grossenses e se antecipando ao período de seca – em que os incêndios florestais aumentam -, o Programa REM MT, por meio do Subprograma Territórios Indígenas, realizou a entrega de mais de mil Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para as brigadas indígenas.

Os EPIs foram distribuídos pelo REM MT ao Batalhão de Emergências Ambientais (BEA-MT). Os itens são compostos por fardamento completo, mochilas de hidratação, balaclava, coturnos, luvas, capacetes, redes e barracas.

Os pedidos atendem as 43 etnias que moram em Mato Grosso, por meio das regionais: Cerrado/Pantanal, Kayapó Norte, Médio Araguaia, Noroeste, Xavante, Vale do Guaporé e Xingu.

V. Referencial Teórico: Políticas Públicas Para os Povos Indígenas

As políticas públicas são ações políticas elaboradas e executadas pelo Estado, e que requerem muita seriedade em seu desenho e implementação, dado que destas dependerá o futuro do desenvolvimento das pessoas, especialmente dos mais vulneráveis, como os povos indígenas, crianças, idosos e mulheres.

No caso dos povos indígenas, as políticas públicas devem conjugar com um fator essencial que é a preservação da identidade cultural destes povos, combinado com o desenvolvimento sustentável.

Os povos indígenas não podem abstrair-se do desenvolvimento, porém, também não podem aceitar qualquer desenvolvimento. Não se pode pretender manter os povos indígenas sobre uma visão folclórica de que o desenvolvimento moderno só está reservado para a sociedade em geral, e que os povos indígenas não deveriam evoluir social, política, econômica e culturalmente.

O olhar paternalista e folclorizante para os povos indígenas levam a sua estagnação cultural e econômica. O desenvolvimento não significa perda de identidade cultural. Entendemos que é obrigação do Estado para com os povos indígenas, desenvolver ações que concorram para melhorar as suas condições de vida.

Defendemos políticas públicas que abordem de forma pertinente e séria as necessidades dos povos indígenas.

Esta Câmara temática estará dedicada a identificar estas necessidades e déficits das comunidades indígenas de Mato Grosso, e ao mesmo tempo, propor e apoiar políticas públicas que têm apresentado bons resultados para o desenvolvimento e avanço econômico-social dos povos indígenas.

A produção agrícola indígena é um tema de grande relevância e será tratado com o devido cuidado, considerando a complexidade que comporta.

Atualmente, em Mato Grosso, muitas famílias e grupos indígenas absorveram a proposta de uma agricultura com fins comerciais (de mercado) em sua economia. É fato que várias famílias indígenas estão adotando com sucesso a política de produção e exportações de commodities como estratégia de geração de renda e inclusão social; estão buscando adequar-se e capacitar-se em políticas agrícolas de tipo empresarial, inclusive com padrão tecnológico, e uso sustentável dos recursos naturais.

A educação escolar indígena também foi objeto de atenção especial desta Câmara, pois, os dados do Censo Demográfico, mostram que cerca de 32% da população indígena são analfabetos. Estudos também revelam a necessidade de empreender esforços no sentido de atualização e formação de recursos humanos indígenas sob pena de inviabilizar qualquer plano de desenvolvimento.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT- , 30% dos indígenas que moram na cidade estão em situação de extrema pobreza e cerca de 82% são submetidos à informalidade no trabalho. O que torna evidente a necessidade desta câmara estar tratando das questões relativas a pobreza indígena e as estratégias de superação.

Por fim, gostaríamos de destacar que sem o apoio social e político as ações e medidas propostas nesta Câmara cairão por terra. Por isso, entendemos que devemos buscar dialogar e envolver os diversos povos e etnias para contribuírem na formulação de propostas que irão impactar a vida de todos.

VI. Agenda 2030 e os Povos Indígenas:

Em setembro de 2015, os estados membros das Nações Unidas aprovaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esta nova Agenda a favor das “pessoas, do planeta e da prosperidade”, que também teve a intenção de fortalecer a paz universal e solidariedade, conta com 17 objetivos e 169 metas e é de uma importância decisiva já que influirá estrategicamente na orientação das políticas nacionais e internacionais relativas ao desenvolvimento sustentável nos próximos anos.

A agenda 2030 esta solidamente ancorada nos direitos humanos. Seu propósito é lutar contra a desigualdade e discriminação. A agenda promete que ninguém ficara excluído e que os atrasados serão os primeiros a receber os benefícios do desenvolvimento.

Com efeito, considerando que os povos indígenas ocupam os últimos postos dos indicadores sociais e econômicos, estes povos estão no centro das preocupações da Agenda 2030. De fato, no **Objetivo 2, sobre Fome Zero** (meta 2.3) e no **Objetivo 5** (meta 4.5), fazem referência explícita aos povos indígenas.

- **Meta 2.3** : Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

- **Meta 4.5** : Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

VII. Etnodesenvolvimento : conceito

Antes de falar de etnodesenvolvimento, cabe a qualificação "etno" dada ao desenvolvimento. Segundo Stavenhagen², proponente do conceito, etnodesenvolvimento seria o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade.

Nessa concepção, desenvolvimento tem pouco ou nada a ver com indicadores de "progresso" no sentido usual do termo: PIB, renda per capita, mortalidade infantil, nível de escolaridade etc.

Na definição de Stavenhagen, "o etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras,

² Stavenhagen, R. (2013). Ethnodevelopment: a neglected dimension in development thinking (1986). In Stavenhagen, R. Pioneer on Indigenous Rights: Springer.

seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses” (Stavenhagen 2013: 57).

Em termos gerais, os princípios básicos para o etnodesenvolvimento seriam:

- objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico;
- embutir-se de visão endógena, ou seja, dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais;
- valorizar e utilizar conhecimento e tradição locais na busca da solução dos problemas;
- preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente;
- visar a auto-sustentação e a independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base, [com] atividades mais participativas (ibid.: 18-9).

Nesses termos, segundo Gilberto Azanha³ o “etnodesenvolvimento”, quando referido às sociedades indígenas brasileiras, envolveria os seguintes indicadores:

- aumento populacional, com segurança alimentar plenamente atingida;
- aumento do nível de escolaridade, na “língua” ou no português, dos jovens aldeados;
- procura pelos bens dos “brancos” plenamente satisfeita por meio de recursos próprios gerados internamente de forma não predatória, com relativa independência das determinações externas do mercado na captação de recursos financeiros; e

³ Azanha, G. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. Disponível em <http://laced3.hospedagemdesites.ws/laced/arquivos/02-Etnodesenvolvimento.pdf>, acesso 22 de novembro de 2022.

- pleno domínio das relações com o Estado e agências de governo, a ponto de a sociedade indígena definir essas relações, impondo o modo como deverão ser estabelecidas.

Esses pontos também podem ser tomados como as grandes linhas ou metas ideais de um projeto de etnodesenvolvimento sustentado para sociedades indígenas. Para tanto, destaca Azanha, seria necessário a resolução das seguintes questões: a) segurança territorial, satisfazendo plenamente as necessidades de expansão da sociedade indígena; b) usufruto exclusivo dos recursos naturais; c) demanda por produtos manufaturados e meios para consegui-los; d) tempo empregado na geração de recursos financeiros internos para a aquisição de produtos manufaturados; e) escala ou nível das necessidades impostas pelo contato e identificação de como cada sociedade indígena específica fixa ou fixou esse nível; e f) internalização dos recursos financeiros gerados pelos canais tradicionais de distribuição e circulação.

Portanto, essas questões, portanto, são os pressupostos para a execução de qualquer projeto na direção do etnodesenvolvimento.

VIII. Etnoturismo: uma estratégia de preservação ambiental e geração de renda

O etnoturismo em terras indígenas vem ganhando destaque e apoio governamental. Os povos indígenas, responsáveis pela criação da identidade brasileira, carregam importantes elementos culturais, étnicos e, também, turísticos em nosso país.

A realização, por parte desta população, de iniciativas que aliam o Turismo ao resgate da cultura indígena, à preservação do meio ambiente e à geração de renda para as comunidades, têm sido cada vez mais comuns no país.

Em parceria com os Ministérios dos Povos Indígenas, da Igualdade Racial e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, o Ministério do Turismo desenvolve o Experiências do Brasil Original. O projeto apoia a estruturação de roteiros turísticos em comunidades tradicionais do país,

valorizando e conferindo visibilidade a comunidades indígenas e quilombolas. A iniciativa prevê ações de diagnóstico, capacitação, estruturação e comercialização, possibilitando também a inserção de produtos e serviços locais e fortalecendo o turismo de base comunitária.

Em abril de 2024, a Câmara Setorial Temática das Causas Indígenas da Assembleia Legislativa, debateu as ações para promover o desenvolvimento do etnoturismo em Mato Grosso. O trabalho foi apresentado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec).

Segundo mapeamento realizado pela SEDEC, em Mato Grosso existem 19 etnias praticam atividades turísticas em seus territórios, o que representa quase 50% das 40 etnias que foram mapeadas nos polos Araguaia, Cerrado, Amazônia e Pantanal.

Os povos indígenas que praticam etnoturismo são: Apiaka, Aweti, Bakairi, Cinta-larga, Enawene Nawe, Haliti-Pareci, Ikpeng, Kalapalo, Kamayurá, Karajá, Kawaiwete, Kuikuro, Mebengokre, Nafukua, Paresi, Wuajá (Wauará), Kayabi, Xavante e Yawalapiti. A seguir são apresentados as principais características de cada etnia e em qual municípios estão localizados

Apiaka

- Local: Apiaka do Pontal e Isolados, em Juara, a 690 km de Cuiabá.
- Atividade turística: pesca esportiva

Aweti, Kalapalo e Nafukua

- Local: Parque Indígena do Xingu, em Canarana, a 838 km de Cuiabá.
- Atividade turística: etnoturismo e ecoturismo

Haliti e Paresi

- Local: Utiariti, em Campo Novo do Parecis, a 397 km de Cuiabá.
- Atividade turística: Etnoturismo, turismo cultural indígena de vivência.

Ikpeng

- Local: Parque Indígena do Xingu, em Canarana.
- Atividade turística: etnoturismo e ecoturismo

Kamayurá

- **Local:** Parque Indígena do Xingu, em Alta Floresta, a 800 km de Cuiabá
- **Atividade turística:** etnoturismo associado às atividades de caminhadas, trilha, escalada e culinária, assim como turismo de pesca esportiva.

Kawaiwete

- **Local:** Parque Indígena do Xingu, em Alta Floresta
- **Atividade turística:** etnoturismo associado às atividades de caminhadas, trilha, escalada e culinária, assim como turismo de pesca esportiva.

Kuikuro

- **Local:** Parque Indígena do Xingu, em Querência, a 912 km de Cuiabá.
- **Atividade turística:** ecoturismo, etnoturismo, vivência indígena e pesca esportiva sustentável.

Mebengokre

- **Local:** Menkragnoti, em Matupá e Peixoto de Azevedo, a 696 e 692 km de Cuiabá, respectivamente.
- **Atividade turística:** etnoturismo e pesca esportiva

Kayabi

- **Local:** Aldeia Mayrowi, em Apiacás, 1.005 km de Cuiabá.
- **Atividade turística:** vivência e observação da natureza e sítios arqueológicos

Yawalapiti

- **Local:** Parque Indígena do Xingu, em Gaúcha do Norte, a 595 km de Cuiabá.
- **Atividade turística:** ecoturismo, pesca esportiva

Na apresentação do mapeamento, realizado pela equipe da adjunta de Turismo da Sedec, foi apontado que dentre as principais atividades turísticas dentro das aldeias estão a pesca esportiva, ecoturismo (trilhas, cachoeiras, lagos e rios), turismo cultural (imersão nas aldeias, participação de rituais,

artesanato e gastronomia), etnoturismo (vivência completa dentro de um território indígena) e birdwatching (avistamento de aves).

O secretário adjunto de Turismo, Felipe Wellaton, apontou que a obtenção do Plano de Visitação junto a Fundação Nacional do Índio (Funai), exigido pela Instrução Normativa 03/2015 do órgão, tem sido um desafio. A aprovação dele é necessária para regularizar a visitação com fins turísticos nas Terras Indígenas. Contudo, a morosidade é grande e algumas comunidades permanecem trabalhando com o turismo, mesmo irregulares.

O Estado tem sete aldeias localizadas nos municípios de Alta Floresta, Gaúcha do Norte, Querência, Matupá e Peixoto de Azevedo tem o plano de visitação e estão regulares; 8 aldeias possuem o plano de visitação, porém não houve a renovação e outras 6 aldeias já solicitaram o plano de visitação e aguardam aprovação dos projetos por parte da Funai.

"Quando se fala em turismo a gente tem que responder três perguntas: onde eu vou comer? Onde eu vou me hospedar? E o que eu vou fazer? Isso dentro território ainda mais delicado, pois não pode ter entrada de bebida alcoólica é preciso o Plano de Visitação aprovado na Funai, tem toda uma série de limitações de organização, mas é necessário desenvolver produtos com qualidade e com critérios", afirmou o secretário.

Ele também destacou que o etnoturismo tem um grande apelo. Tanto que as peças indígenas são as mais procuradas nas feiras nacionais, que o Estado participa. Ao todo são 171 artesãos indígenas mato-grossenses inscritos no Programa de Artesanato Brasileiro (PAB), sendo 106 mulheres. Um dos principais produtos vendidos são os bancos de madeira.

O secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, César Miranda, destacou que o turismo **é uma das áreas que o Governo de Mato Grosso aposta para ser alternativa econômica ao agronegócio.**

"É uma indústria limpa, verde, que traz sustentabilidade, especialmente o turismo nas aldeias, agregando mais recursos para os nossos indígenas, dando mais autonomia e recursos", disse.

O deputado estadual Carlos Avallone (PSDB), presidente da Comissão de Sustentabilidade e Territórios das Causas Indígenas (CST), anunciou que irá convidar a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, para uma visita ao estado, a fim de discutir amplamente questões pertinentes ao tema.

"Embora tenha percorrido quase todos os estados, especialmente do Norte, Nordeste e Amazônia, a ministra ainda não esteve em Mato Grosso. Gostaríamos de promover um diálogo aberto não apenas sobre a visão dela e do Ministério em relação às questões indígenas sob o atual governo nacional, mas também de esclarecer algumas questões. Há muitos acontecimentos em curso e é crucial demonstrá-los, remover as barreiras e garantir que os povos indígenas possam evoluir de maneira compatível com suas culturas, assegurando uma melhoria em sua qualidade de vida", declarou Avallone.

A experiência com Etnoturismo no município de Campo Novo dos Parecis (MT),

O município pertence à região que abriga duas terras indígenas (TI) da mesma etnia: Utiariti e Paresi, com mais de 1 milhão de hectares e 65 aldeias, das quais 17 estão em Campo Novo.

O povo Haliti-Paresi tem uma tradição milenar na região localizada no divisor das águas das bacias do rio Amazonas e do rio Paraguai, no ponto de encontro entre a Floresta Amazônica e o Cerrado. Atualmente, as TIs abrigam representantes dos subgrupos Kozarene, Waymare, Katxiniti, Warere, Kahete e Enomaniyere.

O cacique Narciso Kazoiazaese, de 75 anos, é um dos líderes indígenas mais velhos da região. É ele quem conta histórias e acompanha os visitantes por dentro da trilha de 940m que leva às imponentes quedas d'água. Elas dão nome à aldeia Quatro Cachoeiras.

"Eu fico muito feliz com as visitas. Podem vir, os caminhos estão abertos para vocês, vocês não precisam ficar acanhados. Por que eu digo isso? Porque gente de São Paulo, Rio de Janeiro, quando ouve falar em índio, pensa que índio é bicho, que não sabe conviver com vocês. Por isso sou a favor desse trabalho", comentou o cacique.

A comunidade se mantém como uma das mais fiéis à cultura dos antepassados, de toda a região. Os 61 moradores, de nove gerações — entre filhos, sobrinhos, bisnetos e tataranetos — da família ainda vivem em *hatis* (casa tradicional, em Aruak). A residência é símbolo da identidade, organização sociocultural e territorialidade desse povo.



Hatis casas tradicionais da etnia Hailiti-Paresi

A alimentação tradicional com carne de porco do mato e "beijús" de formiga saúva foi alterado para um cardápio mais familiar aos turistas — como arroz, feijão e macarrão.

"Existe um certo preconceito das pessoas de fora, porque dizem 'eu não sei como é a comida do índio'. Mas as nossas cozinheiras são muito boas. Geralmente, a gente não vende a comida tradicional nossa, porque quando oferecemos, a pessoa come um

pedacinho e não quer comer mais, e fica com fome”, explica Claiton Francisco Terena, 37, responsável pela parte de turismo no Salto Belo.

Respeitadas as particularidades, cada etnia oferece um tipo de experiência. As opções abrangem contemplação e banho nos rios e cachoeiras, imersão na cultura a partir de rituais e histórias, aluguel de vestes tradicionais e pinturas, além de atividades de turismo de aventura, como rafting e rapel.

Etnoturismo como Complemento da renda

A proposta de cada aldeia é acordada com a comunidade como um todo, em um formato normatizado em instrução normativa (IN nº 003/2015) da Fundação Nacional do Índio (Funai). Segundo o órgão, dos 305 povos indígenas do país, 37 oferecem atividades registradas para fins de visitação turística.

A iniciativa de receber turistas na região começou com um movimento espontâneo das comunidades indígenas, ao perceber que os visitantes, sabendo da riqueza natural que ali estava, batiam na “porta” das aldeias pedindo autorização para conhecê-las. Por intermédio da prefeitura, as comunidades originárias receberam apoio do Sebrae do Mato Grosso na estruturação do etno/ecoturismo.

Segundo o secretário de Cultura e Turismo de Campo Novo dos Parecis, a proposta da gestão municipal é oferecer meios para que os indígenas trabalhem pelo próprio sustento.

“O assistencialismo a gente não dá, foi cortado quando assumimos e recebemos bastante críticas da comunidade, porque o assistencialismo foi cortado a zero. Isso teoricamente obriga que eles empreendam e comecem a caminhar com as próprias pernas, eles não vão depender mais do poder público”, afirma o Secretário de Turismo..

O projeto do Sebrae teve início em 2021, com um diagnóstico inicial, e deu origem a um trabalho pactuado com as lideranças, buscando resgatar a história e a cultura da etnia. O objetivo é posicionar as aldeias como destinos de etnoturismo, além de implementar segurança nas operações de aventura na natureza acrescentando elementos do ecoturismo.

Para Jackson Wazare, liderança da aldeia, o turismo é uma ferramenta importante para que o mundo "conheça a história do povo Paresi", e um meio de "sustento para que a comunidade possa sustentar a família preservando o local de origem".

Sustento no agronegócio

As aldeias indígenas da região sobrevivem a partir do rendimento de cooperativas agrícolas e da cobrança do direto de passagem, taxa destinada a veículos que trafegam dentro da Terras Indígenas.

Uma das organizações, a Cooperativa Agropecuária do Povo Indígena Haliti Paresi (Coopiparesi) é composta exclusivamente por indígenas e divide os rendimentos de forma per capita nas aldeias "associadas".

O turismo é mais uma forma para complementar a renda dessa população. Segundo estimativa do Sebrae, a estruturação da rota como destino de etno e ecoturismo aumentou em cerca 60% o ticket médio dessas comunidades, possibilitando que eles tenham um rendimento quase duas ou três vezes maior, a partir de uma cartela mais extensa de atrações ao turista.

Contudo, na visão do cacique Rony Walter Azoinayce, da Aldeia Wazare — a primeira a implementar o turismo na região — a importância da atividade não é apenas renda.

"É mostrar ao mahalitihyarenae (homem branco) que o indígena não é como ele pensa. É importante que conheça como somos, como vivemos, como pensamos. Por outro lado, mostrar aos outros como somos nos obriga à manutenção e às vezes ao reaprendizado de nosso

legado cultural, o conhecimento de nossos rituais, danças, cantos, pinturas, língua, roça tradicional, animais sagrados”, frisa.

Respeito à cultura

O etnoturismo é definido pelo Ministério do Turismo como a prática que constitui de atividades turísticas envolvendo a vivência e experiências autênticas, em contato direto com os modos de vida e identidade de grupos étnicos. A proposta deve estar alinhada a outra categoria, denominada turismo de base comunitária.

A professora do Centro de Turismo da Universidade de Brasília (UnB) Mara Flora Lottici Krahl, frisa que é fundamental se atentar “ao protagonismo dos visitados — neste caso, os indígenas, como agentes e beneficiários dessa prática turística, com atividades planejadas com a comunidade e com pessoas especializadas no assunto”.

“A finalidade maior deve ser a valorização e divulgação da cultura de cada povo. Ou seja, há de se tomar cuidado para que as comunidades não se tomem o que se chama de ‘espetacularização do exótico’ expostos à mera curiosidade do turista”, alerta.

Entre os benefícios, a especialista elenca geração de renda e oportunidade de pensar e ressignificar-se enquanto cultura, podendo valorizar seu território, rituais, costumes e autoestima a partir do interesse e aceitação por meio do olhar externo.

No entanto é importante se atentar para possíveis malefícios, do ponto de o ponto de vista das comunidades. “Algumas características do turismo podem trazer conflitos culturais. Por exemplo, a valorização da mão de obra jovem e feminina, gerando renda maior às mulheres, o que pode ser um problema em algumas sociedades mais despreparadas”, exemplifica.

“A visitação participativa pode ser uma forma de interação entre visitantes e visitados, mas é muito tênue a linha que leva à espetacularização. Por isso a necessidade de planejamento”.

IX. Terras Indígenas e a Preservação do Meio Ambiente : combatem o desmatamento e a emissão de gases de efeito estufa

Os povos indígenas, elas tendem a ter em comum uma visão sistêmica da existência, o que faz com que, no geral, percebam mais facilmente sua relação de interdependência com a natureza. No site do Instituto Socioambiental (ISA), são apresentadas algumas explicações para uma atitude mais conservadora no uso dos recursos naturais por parte dos indígenas .

Essa atitude é evidenciada por dados apresentados no trabalho Terras Indígenas na Amazônia brasileira: reservas de carbono e barreiras ao desmatamento, publicado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). O estudo mostra que, no período 2000-2014, a perda de floresta dentro das TIs foi inferior a 2%, enquanto a média de área desmatada na Amazônia foi de 19%.

Ainda segundo o estudo, o desmatamento que ocorre no interior dessas áreas está geralmente associado às atividades desenvolvidas por não indígenas, como a invasão para a retirada ilegal de madeira e atividade garimpeira, além da invasão de terras para o uso agropecuário.

Para se entender a pressão a que estão submetidas essas áreas, é interessante a leitura de dois trabalhos do ISA. O primeiro é o Atlas de pressões e ameaças às Terras Indígenas na Amazônia brasileira, que traz entre outras, críticas aos grandes projetos de infraestrutura.

O outro, Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios, trata do conjunto das Áreas Protegidas, que inclui Unidades de Conservação (UC) e terras quilombolas, além das TIs. A maioria dessas áreas está sob algum tipo de pressão oriunda das atividades ilegais, das queimadas, da exploração inadequada dos recursos minerais, das mudanças do uso do solo e dos grandes projetos de infraestrutura.

Para fazer frente a esses desafios e reconhecendo a necessidade de se garantir o uso sustentável dos recursos naturais e a manutenção da integridade das TIs, foi elaborada, com a participação de representantes dos povos indígenas, a **Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)**.

Instituída em 2012 por meio de decreto presidencial, a PNGATI tem como objetivo garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural.

Apesar de ter sido oficializada institucionalmente há 12 anos, seu comitê gestor foi formado somente em 2023 , após a 19ª edição do Acampamento Terra Livre.

Coordenadora do Comitê Gestor da PNGATI, representando as organizações indígenas da Amazônia brasileira, Auricélia Arapiuns comentou que na retomada da PNGATI surgem muitas esperanças e uma delas é que a PNGATI se torne lei.

Ainda quando era deputada federal, a atual presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joênia Wapichana, propôs na Câmara, em 2021, o projeto de lei 4347/2021.

Segundo Lucia Alberta, diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai a PNGATI é

"... ..uma das políticas mais importantes e inovadoras que nós temos, primeiro porque ela foi construída com a participação dos povos indígenas. Ela foi construída pra que os povos indígenas pudessem ter a gestão dos seus territórios. E existem várias formas de fazer a gestão desses territórios, a partir dos planos de gestão, os planos de vida,

georreferenciamento, projetos que elaboram junto com os outros parceiros", completou.

Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Rodrigo de Lima Medeiros reconheceu a importância da política se tornar lei.

"Que efetivamente a gente tenha mais recurso público para implementação da PNGATI, a gente tenha orçamento da União para implementação da PNGATI, que a gente tenha orçamento dos Estados e dos municípios para a implementação da PNGATI", sinalizou.

"A questão da gestão territorial não é só conservação, não é só preservação da floresta ou da vegetação, é também bioeconomia, é o [Produto Interno Bruto] PIB que as Terras Indígenas produzem, é pensar na biodiversidade, nos serviços ambientais que prestam pro mundo, é pensar nas cadeias da sociobiodiversidade, é pensar na recuperação de áreas degradadas. Então há um portfólio de temas socioambientais que precisam ser efetivamente repensados dentro da PNGATI, eles precisam se tornar políticas públicas, que tanto o Estado, a União, tenha efetivamente um compromisso orçamentário com a PNGATI".

A política tem nos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) sua principal ferramenta de implementação. Eles se baseiam no etnomapeamento e no etnozoneamento. O primeiro visa mapear, com as populações indígenas, as áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva. Com base nesse, desenvolve-se o segundo, no qual, mais uma vez com a participação das comunidades, essas áreas são classificadas, possibilitando o planejamento das atividades, sejam elas de cunho produtivo, de proteção territorial ou de gestão ambiental.



Ceiza Pitaguary, Secretária da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena, fala durante o ATL 2024 sobre a PNGATI 📍 Lucas Landau/ISA

Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário no comitê gestor dessa política, Patrícia Melo destacou a busca de atendimento às especificidades dos modos de vida dos 365 povos originários, "para que esses territórios sejam produtivos, não só de alimento saudável, mas também da produção e da vivência geracional dos povos indígenas".

Atualmente, essa política está organizada em sete eixos: proteção territorial e dos recursos naturais; governança e participação indígena; áreas protegidas e unidades de conservação em terras indígenas; prevenção e recuperação de danos ambientais; uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas; propriedade intelectual e patrimônio genético; e capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.

Por meio de ajuste no decreto ou de acréscimo na futura lei, o governo defende ainda um oitavo eixo na PNGATI – mudanças climáticas e importância das terras indígenas para o equilíbrio ambiental –, como afirmou Rodrigo de Medeiros, representante do Ministério do Meio Ambiente.

"A colocação do eixo de mudanças climáticas é uma sinalização importante. Tem apelo no mundo para doação internacional, e a gente precisa colocar a pauta indígena como vitrine para captar recursos que efetivamente cheguem ao território", disse.

Considerações finais

A literatura destaca que é importante considerar que não se pode simplesmente propor e executar um planejamento único para todas as sociedades indígenas de Mato Grosso, isto é, uma política de Estado que desconheça em sua formulação as sociodiversidades indígena e brasileira.

É ponto de consenso que toda operação de fomento e planejamento para as sociedades indígenas devem ser feitos sobretudo em escala local ou regional, de acordo com formas étnicas de articulação e com diálogo intercultural com base no respeito.

Outro aspecto relevante destacado pelos especialistas é que não se pode mais agir sem resgatar, ou fomentar, um conhecimento acumulado e tecnicamente qualificado que permita entender os processos étnicos em jogo em cada região.

O governo de Mato Grosso tem ao longo do tempo buscado reafirmar seu compromisso com os povos indígenas, ao implementar políticas públicas efetivas, como o Projeto Tucum, a parceria com o REM, o apoio ao etnoturismo, conforme levantado por esta Câmara.

É possível avançar rumo a ações mais efetivas através de ações relacionadas com a política de baixa emissão de carbono, e apoiar através de parcerias com os governos federal e municipal para a elaboração de planos de gestão em TI, os quais servem de diretriz para implementação de políticas públicas em seus territórios.

Essas políticas públicas devem estar relacionadas a gestão territorial de forma mais ampla, englobando produção, valorização cultural, fortalecimento institucional, que tem em sua base o etnomapeamento e etnozoneamento.

É fundamental também avançar nas ações de formações e capacitações para indígenas, especialmente de formação dos agentes agroflorestais e de fortalecimento das capacidades de gestão territorial e ambiental.

E fundamental e urgente, aumentar o volume de investimentos em ações estruturadas nos TI, especialmente, deve-se buscar incluir entre as políticas prioritárias aquelas relacionadas com o desenvolvimento sustentável dos TI.

Para finalizar, além do aspecto da etnodesenvolvimento, vale destacar 2 aspectos que nos parecem importantes de serem considerados pela CST - causas indígenas:

- a presença indígena em cidades e as alternativas de vida para esses contingentes populacionais parecem ser problemas de enorme importância que não têm recebido atenção compatível
- é necessária uma ação concertada entre as fontes de financiamento em seus variados perfis e as demandas indígenas reais: fornecer recursos para que as sociedades indígenas cumpram os destinos desejados .
- retomar o debate sobre o subsistema de educação escolar; a estruturação um subsistema de serviços de saúde também específico; a elaboração de um novo "estatuto dos povos indígenas"; a institucionalização do associativismo indígena e de organizações de representação; e a criação de mecanismos de apoio financeiro aos projetos de "desenvolvimento sustentável em TI